

Jurisprudência em Sinopse¹



TST²

■ É válida norma de CCT que reduziu salário de empregados que receberam o auxílio emergencial da L. 14.020/2020, por terem sido proibidos de trabalhar por se incluírem no grupo de risco da Covid-19. (SDC, rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, julgado em 12/6/2023) [TST-ROT-21607-04.2021.5.04.0000](#)

■ Ainda que a legitimidade da federação para negociação coletiva seja subsidiária, se o sindicato profissional lhe delega poderes, ela passa a ter legitimidade, mesmo fora dos casos dos arts. 611, § 2º, e 617, § 1º, da CLT. (SDC, rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, julgado em 12/6/2023) [TST-ROT-1815-60.2020.5.09.0000](#)

■ Nos termos dos arts. 876 e 877-A, da CLT, a execução de termo de ajuste de conduta celebrado perante do MPT relacionado à erradicação do trabalho infantil é da competência da Justiça do Trabalho. (SBDI-I, rel. Min. Maria Helena Mallmann, julgado em 15/6/2023) [TST-E-RR-90000-47.2009.5.16.0006](#)

■ Segurança indeferida em MS, não considerando violadora da lei ou abusiva a decisão impetrada que mantém o trabalhador em teletrabalho, quando demonstrado no processo matriz que sempre prestou serviço na mesma localidade onde constituiu família, e cuja esposa trabalha como servidora pública estável e que desde 2020 havia

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9º, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [Informativo TST 274](#)

regime de teletrabalho formalmente institucionalizado pela empresa. (SBDI-II, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, julgado em 30/5/2023) [**TST-ROT-910-95.2022.5.05.0000**](#)

■ Pedido em ação rescisória acolhido com base no Tema 1046, do STF, ante a validade de cláusulas normativas que estipulam jornada de trabalho de 12h00, em escalas de 4x4, em turnos ininterruptos de revezamento, ainda que ultrapassada a jornada diária e semanal sem a correspondente compensação. (SBDI-II, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 13/6/2023) [**TST-ROT-230-14.2021.5.17.0000**](#)

■ Não são devidas horas extras por não cumprimento de intervalo por trabalho em calor excessivo, se o contrato de trabalho vige após a portaria que não mais prevê qualquer intervalo em razão de níveis de calor. (1ª Turma, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, julgado em 14/6/2023) [**TST-RR-441-03.2022.5.13.0008**](#)

■ Nos termos do Tema 1046, do STF, é válida cláusula coletiva que afasta direito a adicional de periculosidade para eletricitário. (1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 7/6/2023) [**TST-RR-1637-80.2014.5.03.0100**](#)

■ Nos termos do Tema 1046, do STF, é válida cláusula coletiva que fixa jornada de 40h00 semanais mas o divisor 220. (1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 14/6/2023) [**TST-RR-1757-41.2014.5.09.0041**](#)

■ É objetiva a responsabilidade do empregador em caso de neoplasia maligna de nasofaringe por exposição a amianto (asbesto), não obstante entendimento do Regional de chance em potencial da doença não ser adquirida pela exposição, mas por outras situações tais como tabagismo, alcoolismo, determinados vírus, alimentação e predisposição genética, não relacionadas diretamente com o amianto, por ser a culpa presumida. (3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 31/5/2023) [**TST-RRAg-11692-89.2017.5.03.0034**](#)

■ No acidente de trânsito de trabalhador que utilizava motocicleta da empresa durante o

expediente para a execução do trabalho, a responsabilidade civil do empregador é objetiva, não havendo exclusão por se tratar de fato de terceiro. (3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 31/5/2023) [**TST-RRAg-1000925-96.2018.5.02.0444**](#)

■ Podem ser executados honorários advocatícios condenatórios sobre reclamante-exequente que não constam expressamente do dispositivo da sentença, por constarem da fundamentação, por adoção da interpretação substancialista do título executivo. (4ª Turma, rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, julgado em 30/5/2023) [**TST-RR-24916-21.2017.5.24.0031**](#)

■ Permanece impenhorável o imóvel de domicílio do executado, ainda tenha permanecido no exterior durante período prolongado. (5ª Turma, rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, julgado em 7/6/2023) [**TST-RR-77300-69.2000.5.04.0303**](#)

■ Para os créditos posteriores à vigência da Reforma Trabalhista aplica-se a nova regulação do art. 2º, §2º, para o grupo empresarial trabalhista. (5ª Turma, rel. Min. Breno Medeiros, julgado em 7/6/2023) [**TST-Ag-RR-10800-80.2020.5.03.0001**](#)

■ Afrenta o direito de propriedade assegurado constitucionalmente e deve ser anulada a arrematação trabalhista ocorrida em 2018, se o bem foi adquirido de boa-fé por Condomínio, mediante arrematação em processo civil e penhora do bem em 2008 e o objeto de compra e venda em 2012 pela ora agravante, mediante instrumento particular de promessa de venda e compra com o adquirente. (7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/6/2023) [**TST-RR-1000388-73.2020.5.02.0010**](#)

■ Embora não se compactue com a atitude da empregada que se qualifica em rede social como “escrava na empresa Correios”, o que excede os limites de razoabilidade, não chega a ser de suficiente gravidade para se aplicar a justa causa para a resolução do contrato de trabalho. (7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/6/2023) [**TST-RR-1000864-41.2018.5.02.0444**](#)

■ Se os “fatos essenciais” (“material facts”) do precedente do caso do Tema 152, do STF, estão presentes no caso concreto, deve-se reconhecer a eficácia quitatória integral para o PDI do BESC. (7ª Turma, rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, julgado em 31/5/2023) [TST-Ag-ED-RR-6354-29.2010.5.12.0035](#)

Célio Horst Waldraff

*Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR*

Dúvidas ou sugestões:

*nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo*